

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : Yam 1544

DATA : 07 02 80

PG. : 4

General nega tropa do Exército para tirar garimpeiro

BELÉM — O comandante militar da Amazônia, general-de-exército Antenor de Santa Cruz, disse que não vai usar tropas do Exército na retirada dos garimpeiros das áreas ianomâmis em Roraima. O general explicou que não é contra a retirada dos garimpeiros, mas pondera: "Eles também são brasileiros e não podem ser arrancados à força para serem jogados não sei aonde".

O general reconhece que a presença dos garimpeiros entre os ianomâmis é ilegal, mas defende seu remanejamento para áreas adjacentes às reservas, onde possam trabalhar normalmente. Por isso — e por não ter recebido nenhum pedido da Funai e do Ministério da Justiça para empregar tropas na operação — o Comando Militar da Amazônia vai apenas ceder pessoal da área de saúde para dar assistência a índios e garimpeiros.

Reservistas — O general Antenor de Santa Cruz negou ter declarado em Manaus, por ocasião da visita do ministro Saulo Ramos, que era contra a retirada dos garimpeiros por considerá-los importantes no processo de ocupação da Amazônia. "Não disse nada disso e não acredito que a imprensa tenha noticiado isso, porque o nosso papel nesta operação se resume a dar apoio à Polícia Federal, e, se nos pedirem, vamos ajudar com o pessoal de saúde".

O comandante militar da Amazônia disse que a idéia é fazer os garimpeiros saírem voluntaria e pacificamente da área ianomâmi e afirmou desconhecer que esteja havendo reação dos garimpeiros à decisão do governo. "Tenho promessa dos líderes garimpeiros que, se forem cedidas aquelas áreas alternativas que foram prometidas, eles sairão pacificamente", afirmou o general.

Antenor Santa Cruz acrescentou que os homens do Exército não vão ser usados para ajudar o Ibama a combater a degradação ambiental na Amazônia, como tem sido noticiado depois do encontro que teve em Manaus com o presidente do Instituto, Fernando César Mesquita. O general disse que a proposta de Mesquita, aceita pelo Exér-

cito, é de encaminhar ao Ibama os soldados que tenham dado baixa da tropa.

Otimismo — "Ao dispensarmos os reservistas, aqueles que tenham conduta recomendável serão encaminhados ao Ibama, respeitando a regionalização. A idéia é interessante, porque o conscrito é encaminhado a um emprego e o Ibama resolve o seu problema de falta de pessoal". O plano poderá ter início já na próxima baixa, desde que o Ibama ainda esteja interessado. "Eu estou esperando por ele. O doutor Mesquita ficou de voltar e me dizer em que áreas ele precisa de gente", afirmou o comandante militar da Amazônia.

O general Antenor de Santa Cruz está fazendo uma visita a todos os grandes projetos sediados na Amazônia. Já visitou o Projeto Carajás e disse ter ficado impressionado com a preocupação ecológica da Companhia Vale do Rio Doce. Amanhã vai visitar a Albrás, em Barcarena, e depois vai ao Amapá conhecer a Icomi e o Projeto Jari. "Vim buscar otimismo, porque estamos vivendo numa época de muito pessimismo. Trouxe alguns oficiais para conhecerem estas realizações, pois estamos também numa grande expectativa pela chegada do novo governo".

□ O subprocurador-geral da República Carlos Vitor Muzzi, coordenador da Defesa dos Interesses da População Indígena do Ministério Público Federal, disse ontem que poderá processar no Supremo Tribunal Federal o ministro da Justiça, Saulo Ramos, caso ele continue a defender a permanência de garimpeiros em áreas da Floresta Nacional de Roraima, interditadas pela Justiça Federal no ano passado. Segundo Vitor Muzzi, o que Saulo Ramos tem de fazer é obedecer à Justiça e ajudar no cumprimento da liminar que mandou a União retirar os garimpeiros que trabalham nos 9,4 milhões de hectares de áreas já demarcadas para os índios ianomâmis e toda a região da Floresta Nacional de Roraima.

Brasília — Jamil Bittar



Terena foi a Tuma e acusou o presidente da Funai

Terena dá queixa à polícia

BRASÍLIA — O fundador da União das Nações Indígenas (UNI) e piloto da Fundação Nacional do Índio (Funai), o índio Marcos Terena, protocolou ontem na sede do Departamento de Polícia Federal documento em que acusa o atual presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, de tê-lo ameaçado verbalmente de agressão física e solicita proteção policial da Polícia Federal para que possa exercer suas "atividades de trabalho e lazer".

Marcos Terena foi recebido ontem à tarde pelo diretor-geral do DPF, delegado Romeu Tuma, que, após receber as denúncias de Terena, encaminhou-as ao delegado Amaury Gaudino, titular da Divisão de Ordem Política e Social (Dops), a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis. Marcos Terena acredita que a tentativa de agressão que sofreu por parte de Iris Pedro de Oliveira ocorre por causa do dossiê sobre a Funai apresentando sugestões à equipe de transição nomeada pelo presidente eleito

Fernando Collor de Mello para tratar dos assuntos relacionados às populações indígenas no Brasil.

Reincidência — "Não é a primeira vez que o dito cidadão (Iris Pedro) se permite ao direito de intimidar e agredir funcionários, índios e lideranças indígenas na própria entidade", acusa Marcos Terena, revelando que a tentativa de agressão se deu ontem pela manhã, em frente ao prédio sede da Funai, em Brasília, quando Iris Pedro de Oliveira se fazia acompanhar de um segurança de nome Alexandre. "Vamos apurar os fatos", comentou Romeu Tuma, após receber Marcos Terena em audiência. "Quero continuar trabalhando e tendo o meu lazer sem a preocupação de ser agredido", afirmou Terena. "Não houve nada disso: Eu só tentei abordar o Terena para conclamá-lo ao trabalho", defendeu-se o presidente da Funai. "Em 1988, ele trabalhou apenas 41 horas e, ano passado, trabalhou apenas 37 horas", acusou Iris Pedro.